

Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A.

Relatório e Contas 2014



ÍNDICE

01. RELATÓRIO DE GESTÃO	2
02. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	13
03. ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	18
04. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	40

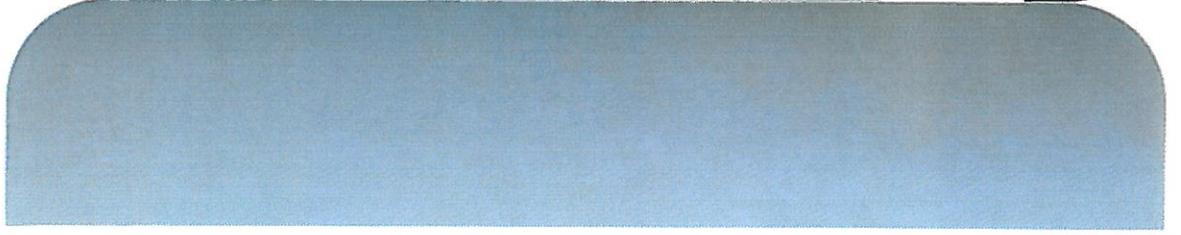
Senhores Accionistas,

Em cumprimento com o disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respectivo anexo, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

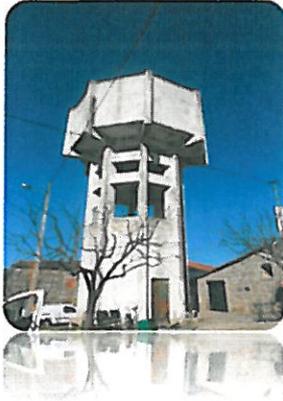
Handwritten initials and signature in blue ink.



01. | RELATÓRIO DE GESTÃO



ACTIVIDADE DA EMPRESA



A Aquafundália - Águas do Fundão, S.A., é a empresa concessionária do Contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água Para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de Fevereiro de 2011, com o Município do Fundão, e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objecto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca 4 milhões de Euros, a preços correntes. O valor total do investimento referido, deverá realizar-se durante os quatro primeiros anos de Concessão.

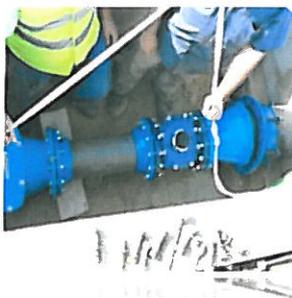
Além do mencionado Plano de Investimentos da Concessionária, a Aquafundália irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente no valor de mais de 8.4 milhões de Euros.

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na actividade corrente da Aquafundália, o mesmo apresentava no final do ano de 2014 o seguinte desenvolvimento, de entre os quais podemos salientar os mais importantes:

Projectos a decorrer, integrados no Plano de Investimentos Obrigatório

Relativamente ao Plano de Investimentos Obrigatório da Concessão, estão a decorrer os seguintes projectos:

- Ampliação da rede de drenagem de águas residuais na Estrada Principal do Salgueiro;



Reabilitação do parque de contadores

No decorrer de 2014 foram substituídos 863 contadores. Esta renovação deve-se principalmente a avarias nos acessórios do contador, ou ao seu estado de conservação.

Relativamente aos locais municipais, foram instalados 13 contadores.



Sectorização da rede de abastecimento de água

Com o fim de sectorizar a rede de abastecimento de água no concelho do Fundão, a Aquafundália instalou diversos contadores à saída de reservatórios e na rede de abastecimento.

Plano de minimização de perdas de água

Com o fim de minimizar as perdas de água, a Aquafundália instalou também válvulas redutoras de pressão no Fundão (1), Soalheira (2), Souto da Casa (3).

Telegestão

Durante o ano de 2014, a Aquafundália, Águas do Fundão, S.A. iniciou o processo de implementação do sistema de telegestão, estando neste momento instalado 1 emissor de dados.

Outros projectos entregues à concedente pendentes de aprovação

Foi ainda entregue à concedente o seguinte projecto que se encontra pendente de aprovação e com execução prevista em início de 2015:

- Ampliação da Rede de Saneamento em Silvares - Cimo do Lugar (aditamento)

OUTROS INVESTIMENTOS E MELHORIAS

p.4

Melhorias no sistema de abastecimento de água

Durante o ano 2014 a Aquafundália realizou as seguintes melhorias no sistema de abastecimento de água:

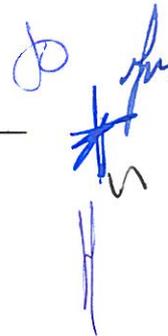
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Urgeiro
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Maxial da Ladeira
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Malhada Velha
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Bogas de Cima
- Instalação de um sistema de correção de pH e de remoção de ferro na ZA – Bogas de Baixo
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Boxinos
- Instalação de um sistema de correção de pH na ZA – Pesinho

Limpeza e desinfeção dos reservatórios

A Aquafundália tem sob sua gestão 44 reservatórios, das mais diversas tipologias e geometrias. A Aquafundália durante o ano de 2014 lavou e desinfetou um total de 30 % dos reservatórios existentes. Assim a Aquafundália terminou o plano bianual (2013 – 2014) de limpeza de reservatórios.

Limpeza e desinfeção de instalações de correção de agressividade

De forma a cumprir os valores paramétricos descritos no Decreto de Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto, a Aquafundália tem sob sua gestão diversas estações de correção de agressividade e respetivo ajuste de pH, nomeadamente, Alcongosta, Alpedrinha, Barroca, Castelo Novo, Enxabarda, Maxial da Ladeira, São Martinho, Silvares e a mais recente, Açor. Destas lavou-se e desinfetou-se durante o ano de 2014 22 % das estações de correção de agressividade existentes.



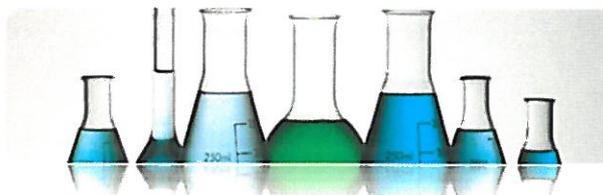
Implementação de um sistema de higiene, segurança e saúde no trabalho

Com o objetivo de melhorar significativamente as condições de trabalho e consequentemente a redução de riscos de acidentes de trabalho, durante o ano de 2014 continuaram a ser melhoradas as condições de segurança nas diversas instalações dos sistemas de abastecimento e saneamento, nomeadamente a construção e colocação de proteção dorsal em escadas de acesso, marcação de obstáculos, como por exemplo tubagens, sinalização de perigo de eletrocussão em quadros elétricos, colocação de resguardos de proteção, entre outros.

Aspectos Técnicos

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquafundália, aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2014. Este programa foi aprovado em 22 de outubro de 2013 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



p.5

No ano de 2014, o cumprimento dos valores legislados foi de 99,72 %, o que se considera bastante bom. Durante o ano de 2015, a Aquafundália irá instalar sistemas de ajuste de pH, nas Zonas de Abastecimento, onde este parâmetro é inferior ao legislado; e instalar um sistema de remoção de ferro na Zona de Abastecimento - Cabeço do Pião onde a concentração deste é muito elevada.

Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada diminuiu cerca de 7,3 % em relação a igual período do ano de 2013 principalmente pelo aumento do rendimento hidráulico da rede, fruto da reparação de muitas roturas. Já em relação à água captada, devido à inexistência de contadores nas condutas adutoras estimou-se um valor.

Volume faturado por tipo de utilizador

Em relação ao volume faturado, o maior volume de faturação provém dos utilizadores domésticos (73,93%), seguido dos utilizadores de comércio (13,27%).

Intervenções na rede de água potável

No ano de 2014 o número de intervenções em ramais de abastecimento e em condutas diminuiu consideravelmente. Houve uma diminuição, entre 2013 e 2014, de cerca de 55% no número de intervenções na rede de abastecimento.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais diminuiu entre 2013 e 2014 cerca de 8%.



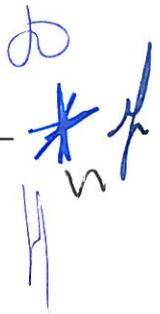
A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long vertical stroke at the end.

Plano de Investimentos Executado

O investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2014 foi de 1.112.885,97 Euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2014 o montante acumulado de 2.283.275,33 Euros, o qual apresenta uma percentagem de realização de quase 43,49%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundália a final de Dezembro de 2014 foi o que se apresenta no quadro seguinte:

	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Vale de Prazeres	43 062,49
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Monte Leal	24 602,71
	Equipamento para remoção de arsénio e controlo de PH e cloro Quintas da Torre	21 197,21
	Benfeitorias das instalações eléctricas das redes de abastecimento de água e saneamento de águas residuais no concelho do Fundão	45 525,23
Investimentos obrigatórios	Ampliação da rede de saneamento na freguesia das Donas	112 538,87
	Remodelação do colector de Ribeira de Silvares	60 399,24
	Construção rede de abastecimento Quinta da Azeira	19 049,34
	Ampliação da rede de saneamento em Silvares - Cimo do Lugar	42 000,00
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais nas Ruas dos Tintureiros e Mestre dos Panos	220 362,68
	Ampliação da Rede de Drenagem de Águas Residuais na Estrada Principal do Salgueiro	297 912,43
	Sub-total	886.650,20
	Requalificação do Largo Alfredo da Cunha e Largo da Igreja Matriz	7.696,50
	Projeto de Requalificação da Rua da Cale	15.326,98
	Execução de Infraestruturas na Zona Histórica do Fundão	90.379,78
Investimentos Município Fundão	Requalificação da Variante das Tílias	37.148,76
	Requalificação da Rua da Cale (2ª Fase Praça Velha)	71.913,84
	Requalificação da Rua Jornal do Fundão e Rua 25 de Abril	23.104,50
	Remodelação das Infraestruturas de Água, Saneamento e Pluviais na Av. Da Liberdade	126.828,06
	Rua João Franco / Jardim Tílias / 5º Outubro	77.741,53
	Rua da Misericórdia e Germano da Cunha	139.965,83
	Rua da Misericórdia e Agostinho Fevereiro	29.577,03
	Projeto de Requalificação da Rua Dr. João Pinto, Rua José Germano da Cunha, Largo do Eiró, Rua da Quintã, Largo de Santo António e Rua de Santo António	130.317,19
	Sub-total	750.000,01
	Outros investimentos	Telegestão e telemetria
Sectorização da rede de abastecimento de água		88 857,81
Plano de minimização de perdas de água		40 000,00
Inspecção e reparação de colectores		80 362,08
Rehabilitação do parque contadores		151 541,33
Gestão de clientes e marketing		108 723,52
Formação e motivação de colaboradores		17 299,00
Implementação de um sistema integrado de qualidade e ambiente		15 000,00
Implementação de um sistema da higiene, segurança e saúde no trabalho		10 000,00
Produção Pendente de facturação		74 470,10
Sub-total	646.625,12	
Total	2.283.275,33	



OBJECTIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundália assumiu, como seu objectivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu accionista, a Aquafundália apresentou e mantém até hoje, um projecto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundália tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundália é definida em relação directa com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam directamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objectivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

p.8



Neste sentido, a Aquafundália procura conciliar o interesse e os objectivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 2014 de 22 pessoas.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundália espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço privado de cariz essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adoptando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que se a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquafundália no ano de 2014, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respectivas notas.



Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4.295 milhões de Euros (3.182 milhões de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 1.113 milhões de Euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o exercício actual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de 3.163.390,24 Euros em 2013 para 3.181.668,33 Euros em 2014, tendo no mesmo sentido, a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, acrescido a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 86% (de 598.242,16 Euros em 2013 para 1.112.885,96 Euros em 2014).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundália foi em 2014 de 4.353.297,10 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.845.383,13 Euros, representa um acréscimo de 13,2%.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.407.443,33 Euros, representando cerca de 32,33% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.573.745,46 Euros, representando então cerca de 40,93% do total dos gastos do exercício. Em valor absoluto, a variação entre exercícios da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de menos 11%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), registou 1.025.924,28 Euros, representando cerca de 23,56% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma registava 1.034.883,35 Euros, representando então cerca de 26,91% do total dos gastos do exercício.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos no ano de 2014, contribuindo para 25,56% dos gastos totais, o equivalente a 1.112.885,96 Euros para o período em análise.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 393.584,97 Euros, representando cerca de 9,04% do total dos gastos do exercício. Comparativamente com o exercício anterior a mesma rubrica registava 396.864,38 Euros, representando então cerca de 10,32% do total dos gastos do exercício. A variação entre exercícios da rubrica gastos com o pessoal foi de menos 1%.

A Aquafundália registou em 2014 dívidas incobráveis no montante de 19.186,47 Euros, tendo registado em 2013 o valor de 14.410,94 Euros.

A rubrica de outros gastos e perdas registou em 2014 cerca de 32.753,46 Euros (0,75% do total dos gastos do período), tendo registado em 2013 cerca de 32.984,90 Euros (0,86% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações foi de 255.405,75 Euros, para o período em análise, face a 143.627,33 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respectivamente 5,87% e 3,73%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquafundália, registou no ano de 2014 cerca de 88.217,90 Euros (equivalente a 2,03% do total dos gastos do exercício), que em comparação com o ano

anterior representa um acréscimo de 57,55%, quando a mesma rubrica registava 55.992,07 Euros (equivalente a 1,46% do total dos gastos do exercício).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundália foi em 2014 de 4.299.797,39 Euros, o qual comparado com o exercício anterior, que foi de 3.764.833,69 Euros, representa um acréscimo de 14,21%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2014 o montante de 3.181.668,33 Euros, que comparado com o exercício anterior revela um acréscimo de 0,58% face ao valor de 3.163.390,24 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 - Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2014 com 1.112.885,96 Euros, face ao valor de 598.242,16 Euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos e ganhos, que registou 5.176,89 Euros, reflecte os valores de juros de mora cobrados e ajustes efectuados sobre valores de exercícios anteriores. A mesma rubrica, registava em 2013 o valor de 3.179,24 Euros.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido do exercício, que ascende a uma perda de 53.499,71 Euros, representa uma melhoria face ao exercício anterior, no qual o mesmo se apresentou negativo em 80.549,44 Euros.

p.10

Evolução dos Capitais Próprios

Apesar do ambiente macroeconómico difícil e de um claro abrandamento do consumo, a Aquafundália encontra-se confiante na sua estratégia para enfrentar os desafios existentes e para alcançar o seu compromisso de crescimento sustentável,

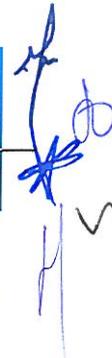
Embora muito dependentes da actual conjuntura económica nacional, todos resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas correctivas durante todo o período em análise neste relatório.

No actual contexto de agravamento do quadro macroeconómico, as perspectivas elaboradas para 2014 e anos seguintes, embora mais difíceis de alcançar, mantêm-se válidas.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 307.952,71 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um acréscimo significativo de 171% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um acentuado incremento, situando-se no final de 2014 em 52.546,96 Euros.



	Ano 2014	Ano 2013
Rentabilidade do activo total	(0,71%)	(1,06%)
Rentabilidade dos capitais próprios	(13,41%)	(17,91%)
Rentabilidade das vendas	(1,25%)	(2,14%)
EBITDA	307.952,71	113.680,45
EBIT	52.546,96	(29.946,88)

Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o activo passou de 3.808.562,70 Euros em 2013 (antes de reexpressão) para 7.584.062,91 Euros em 2014. O incremento desta rubrica de balanço, activo não corrente, deve-se na sua maior grande parte à contabilização como activo intangível, deve-se essencialmente à alteração de registo do activo intangível.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 449.797,97 Euros em 2013 (antes de reexpressão) para 399.048,62 Euros em 2014, tendo desta forma diminuído a sua importância na estrutura de capitais, passando de 11,81% para 5,26%, em linha com o aumento do valor do passivo, de 3.358.764,73 Euros em 2013 para 7.185.014,29 Euros em 2014.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2014, em termos percentuais, uma ligeira degradação dos mesmos face ao ano de 2013:

	Ano 2014	Ano 2013 (reexpresso)	Ano 2013
Capitais próprios	399.048,62	449.797,97	449.797,97
Passivo total	7.185.014,29	7.174.206,30	3.358.764,73
Passivo corrente	1.381.450,61	3.212.756,66	3.212.756,66
Activo total	7.584.062,91	7.624.004,27	3.808.562,70
Autonomia financeira (Capitais próprios/Activo total)	5,26%	5,90%	11,81%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	5,55%	6,27%	13,39%
Endividamento (Passivo total/Activo total)	94,74%	94,10%	88,19%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	19,23%	44,78%	95,65%

p.11

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundália inicia o seu mandato para o triénio 2014-2016 com um elevado sentido de responsabilidade que decorre do reconhecimento de que o difícil contexto nacional e internacional em que vivemos terá, inevitavelmente, consequências para a gestão da empresa.

Reconhecendo porém, que também nas crises surgem oportunidades, a Administração da Aquafundália está determinada em aproveitar os tempos difíceis que atravessamos para implementar reformas que conduzam a uma maior redução de gastos e a uma maior eficiência nos serviços prestados.

Alicerçados na experiência dos grupos empresariais a que pertence, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos, e na competência dos seus trabalhadores, encaramos o futuro da Aquafundália com muito optimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido negativo do período, que ascendeu a 53.499,71 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: -53.499,71 Euros

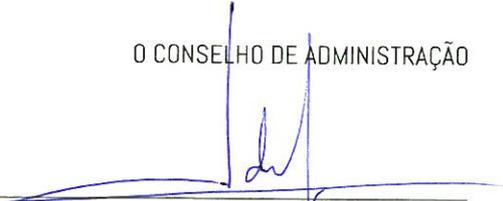
AGRADECIMENTOS

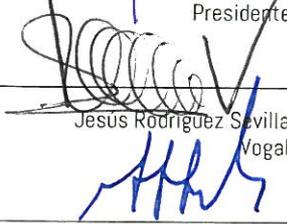
O Conselho de Administração da Aquafundália aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, aos 31 de março de 2015

p.12

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO


Luis Francisco de Lope Alonso
Presidente

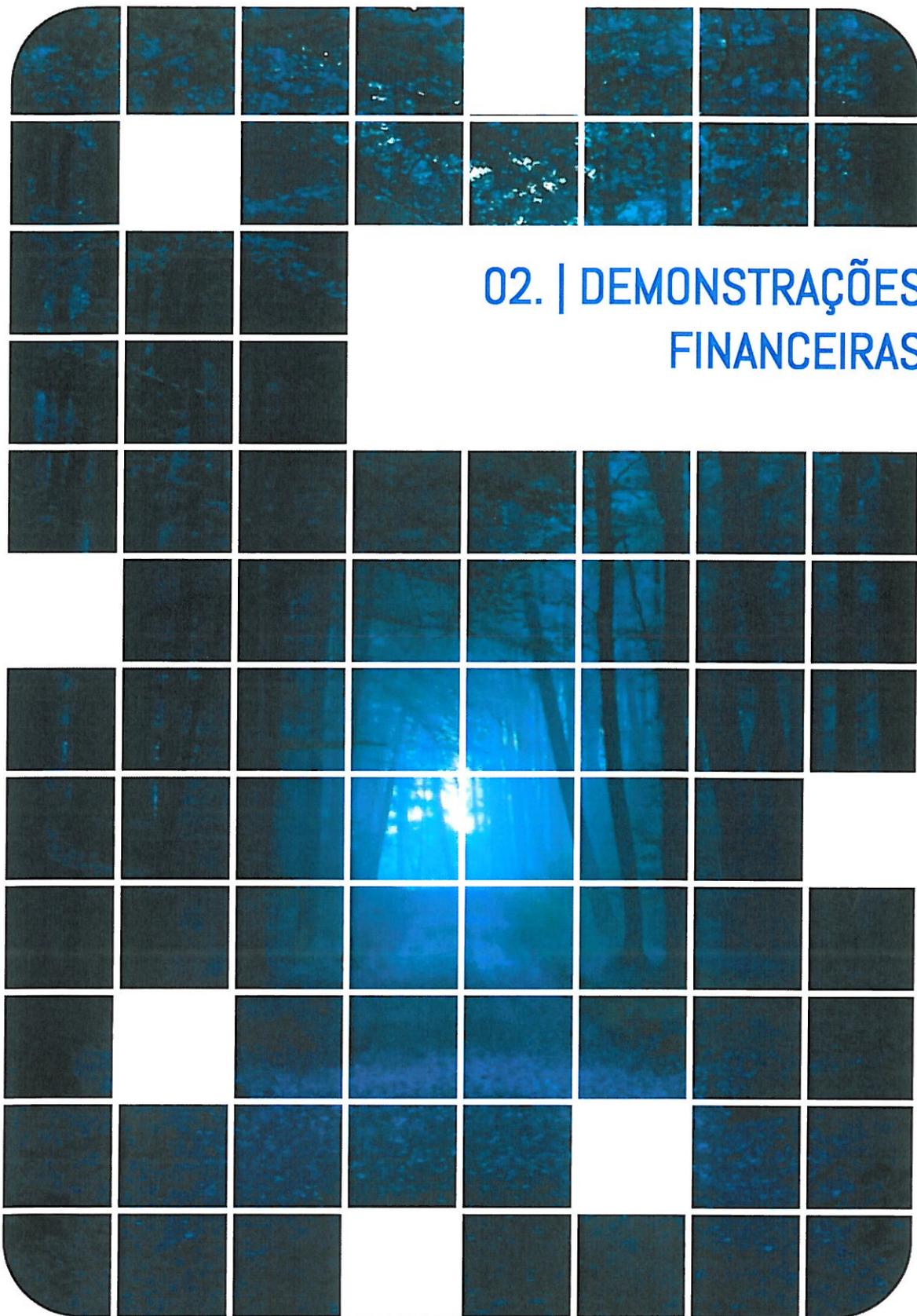

Jesus Rodriguez Sevilla
Vogal


Isidoro Antonio Marban Fernandez
Vogal

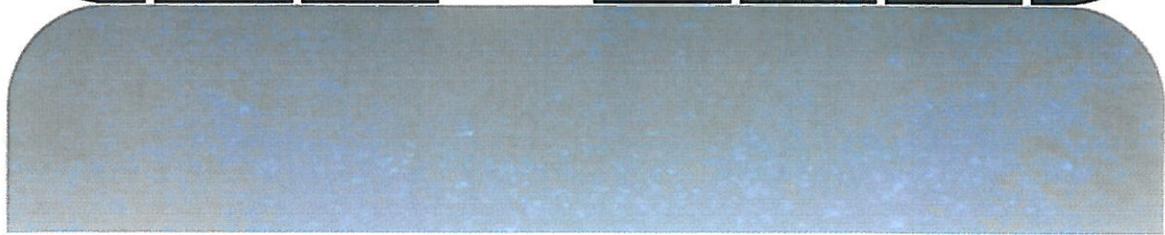

Artur António Baptista Vidal
Vogal


Jesus Ortega Roldan
Vogal

Handwritten signature and initials in blue ink.



02. | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

	NOTAS	2014	2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	3.2.6	14 483,33	21 968,89
Activos intangíveis	3.1.3.3.6	6 528 563,07	6 776 483,26
Activos por impostos diferidos	3.5.7	60 815,51	39 449,79
sub-total		6.603.861,91	6.837.901,94
Activo corrente			
Inventários	3.6	29 371,41	24 761,11
Clientes	3.7.9	420 464,23	490 084,38
Adiantamentos a fornecedores		26,51	0,00
Estado e outros entes públicos	3.5.8	31 278,52	65 393,98
Outras contas a receber	3.7.9	110 872,21	120 632,95
Diferimentos	3.7.10	8 482,01	1 965,32
Caixa e depósitos bancários	3.7.4	379.706,11	83 264,59
sub-total		980.201,00	786.102,33
Total do activo		7.584.062,91	7.624.004,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	510 000,00	510 000,00
Reserva legal	14	1 134,78	1 134,78
Outras reservas	14	21 560,80	21 560,80
Resultados transitados	14	(80 147,25)	(2 348,17)
Resultado líquido do exercício		(53 499,71)	(80 549,44)
Total do capital próprio		399.048,62	449.797,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.10.6	2 848 563,68	3 961 449,64
Financiamentos obtidos	13	1 240 000,00	0,00
Accionistas	3.7.11	1 715 000,00	0,00
sub-total		5.803.563,68	3.961.449,64
Passivo corrente			
Fornecedores	3.7.12	242 372,17	340 266,78
Adiantamentos de clientes	3.7	11 418,20	0,00
Estado e outros entes públicos	3.5.8	53 478,57	17 639,04
Accionistas	3.7.11	0,00	1 715 000,00
Outras contas a pagar	3.7.12	1 074 181,67	1 139 850,84
sub-total		1.381.450,61	3.212.756,66
Total do passivo		7.185.014,29	7.174.206,30
Total do capital próprio e do passivo		7.584.062,91	7.624.004,27

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2014

AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2014	2013
Vendas e serviços prestados	38, 15	4 294 554,29	3 761 632,40
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	35, 16	(1 407 443,33)	(1 573 745,46)
Fornecimentos e serviços externos	17	(2 138 810,24)	(1 633 125,51)
Gastos com o pessoal	18	(393 584,97)	(396 864,38)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	(19 186,47)	(14 410,94)
Outros rendimentos e ganhos	19	5 176,89	3 179,24
Outros gastos e perdas	20	(32 753,46)	(32 984,90)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		307.952,71	113.680,45
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(255 406,75)	(143 627,33)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		52.546,96	(29.946,88)
Juros e rendimentos similares obtidos	22	66,21	22,05
Juros e gastos similares suportados	22	(88 217,90)	(55 992,07)
Resultado antes de impostos		(35.604,73)	(85.916,90)
Imposto sobre o rendimento do exercício	23	(17 894,98)	5 367,46
Resultado líquido do exercício		(53.499,71)	(80.549,44)
Resultado por acção		(1,05)	(1,58)

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

p.15

AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária: EUROS

RUBRICAS	NOTAS	2014	2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4.352.465,41	3.566.702,64
Pagamentos a fornecedores		(3.396.852,86)	(2.422.572,58)
Pagamentos ao pessoal		(393.584,83)	(412.318,00)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(50.106,60)	(44.011,03)
Outros recebimentos/pagamentos		173.654,61	(311.294,75)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		685.575,73	376.506,28
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos intangíveis		(1.542.182,52)	(338.866,10)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		66,21	22,05
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(1.542.116,31)	(338.844,05)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	13	1.240.000,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		(87.017,90)	(55.992,07)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1.152.982,10	(55.992,07)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		296.441,52	(18.329,84)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	83.264,59	101.594,44
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	379.706,11	83.264,59

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

p.16

AQUAFUNDÁLIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Unidade monetária EUROS

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do período	510 000,00	1 134,78	21 560,80	(2 348,17)	(80 549,44)	449 797,97
Aumentos/diminuições por aplicação dos resultados				(77 789,08)	80 549,44	2 750,36
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	510.000,00	1.134,78	21.560,80	(80.147,25)		462.548,33
Resultado líquido do exercício					(53 499,71)	(53 499,71)
Posição no fim do exercício	510.000,00	1.134,78	21.560,80	(80.147,25)	(53.499,71)	399.048,62

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária EUROS

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	Capital realizado	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Posição no início do período	510 000,00	0,00	0,00	(2 348,17)	(22 695,58)	484 956,25
Aumentos/diminuições por aplicação dos resultados	0,00	1 134,78	21 560,80	0,00	22 695,58	45 391,16
Total dos aumentos/diminuições directos no capital próprio	510.000,00	1.134,78	21.560,80	(2.348,17)		530.347,41
Resultado líquido do período					(80 549,44)	(80 549,44)
Posição no fim do exercício	510.000,00	1.134,78	21.560,80	(2.348,17)	(80.549,44)	449.797,97

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014

p.17

Handwritten initials and signature in blue ink, including a stylized 'S' and a signature.



03. | ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundália - Águas do Fundão, S.A. ("Aquafundália" ou "empresa") é uma sociedade anónima, com sede na Rua Fernando Pessoa, Lote 195 no Fundão, constituída a 17 de Fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua actividade a 1 de Maio de 2011, tendo como actividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de Agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "NCRF".

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundália foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

p.19

3.1. ACTIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma actividade que se constitui na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das actividades económicas e à protecção do meio ambiente. Esta actividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. As mesmas são desenvolvidas num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, regula entre outros aspectos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na IAS 8 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adoptou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que actuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

A

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um activo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efectuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do activo intangível. Tratando-se de um investimento de expansão, a IFRIC 12 preconiza que o investimento deve ser reconhecido no Activo à medida que vai sendo realizado, e de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção (percentagem de acabamento) durante a sua execução. É entendimento da Administração que o Plano de Investimento estabelecido com o Município se trata de um plano de investimento de expansão e não apenas de manutenção e restauração uma vez que preconiza uma melhoria contínua das condições actuais e construção de novas infraestruturas.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundália reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

p.20

3.2. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os activos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transacção ou a receber e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um activo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num activo intangível, o activo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O activo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeiro.

p.21

3.4. IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os activos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

p.22

A compensação entre activos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais activos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais activos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

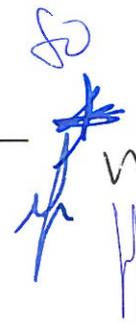
Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7. ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os activos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A



taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro.

Os activos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Accionistas;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras contas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de activos financeiros

Os activos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados negativamente.

p.23

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respectiva taxa de juro efectiva original.

Para os activos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do activo e a melhor estimativa do justo valor do activo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece activos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os activos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os activos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.



3.8. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9. ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, independentemente do momento em que as transacções são facturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

p.24

3.10. PROVISÕES, ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.



Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afectar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

p.25

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de contas a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 era:



	Ano 2014	Ano 2013
Caixa	3 523,82	578,84
Depósitos à ordem	376.182,29	82.685,75
Total	379.706,11	83.264,59

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas. No entanto, foram identificados erros materiais relativamente a exercícios anteriores, respeitantes, essencialmente, a activos intangíveis, os quais foram corrigidos, pelo que as demonstrações financeiras daquela data foram reexpressas. A correcção efectuada consistiu no registo contabilístico do activo relativo a um conjunto de investimentos a que a Empresa se encontra obrigada no âmbito do contrato de concessão e da correspondente responsabilidade no passivo. Esta situação não afecta os capitais próprios, uma vez que a Empresa já vinha a especializar a amortização daquelas despesas no período da concessão.

Os efeitos da reexpressão no balanço em 1 de janeiro de 2013 foram os seguintes:



AQUAFUNDALIA- ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

BALANÇO (REEXPRESSO) EM 1 DE JANEIRO DE 2013

Unidade monetária EUROS

	01.01.2013	Ajustamentos	01.01.2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	32.262,78	0,00	32.262,78
Activos intangíveis	2.450.489,50	4.459.327,20	6.909.816,70
Activos por impostos diferidos	26.596,62	0,00	26.596,62
sub-total	2.509.348,90	4.459.327,20	6.968.676,10
Activo corrente			
Inventários	35.078,06	0,00	35.078,06
Clientes	717.559,56	0,00	717.559,56
Estado e outros entes públicos	44.109,38	0,00	44.109,38
Outras contas a receber	116.371,00	0,00	116.371,00
Diferimentos	1.907,50	0,00	1.907,50
Caixa e depósitos bancários	101.594,44	0,00	101.594,44
sub-total	1.016.619,94	0,00	1.016.619,94
Total do activo	3.525.968,84	4.459.327,20	7.985.296,04
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	510.000,00	0,00	510.000,00
Resultados transitados	(2.348,17)	0,00	(2.348,17)
Resultado líquido do exercício	22.695,58	0,00	22.695,58
Total do capital próprio	530.347,41	0,00	530.347,41
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	0,00	4.559.691,80	4.559.691,80
Outras contas a pagar	100.364,60	(100.364,60)	0,00
sub-total	100.364,60	4.459.327,20	4.559.691,80
Passivo corrente			
Fornecedores	124.107,47	0,00	124.107,47
Estado e outros entes públicos	35.331,82	0,00	35.331,82
Accionistas	1.715.000,00	0,00	1.715.000,00
Outras contas a pagar	1.020.817,54	0,00	1.020.817,54
sub-total	2.895.256,83	0,00	2.895.256,83
Total do passivo	2.995.621,43	4.459.327,20	7.454.948,63
Total do capital próprio e do passivo	3.525.968,84	4.459.327,20	7.985.296,04

p27

Os efeitos da reexpressão nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 foram os seguintes:

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A

BALANÇO (REEXPRESSO) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Unidade monetária: EUROS

	31.12.2013	Ajustamentos	31.12.2013 (reexpresso)
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	21.968,89	0,00	21.968,89
Activos intangíveis	2.961.041,69	3.815.441,57	6.776.483,26
Activos por impostos diferidos	39.449,79	0,00	39.449,79
sub-total	3.022.460,37	3.815.441,57	6.837.901,94
Activo corrente			
Inventários	24.761,11	0,00	24.761,11
Clientes	490.084,38	0,00	490.084,38
Estado e outros entes públicos	65.393,98	0,00	65.393,98
Outras contas a receber	120.632,95	0,00	120.632,95
Diferimentos	1.965,32	0,00	1.965,32
Caixa e depósitos bancários	83.264,59	0,00	83.264,59
sub-total	786.102,33	0,00	786.102,33
Total do activo	3.808.562,70	3.815.441,57	7.624.004,27
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	510.000,00	0,00	510.000,00
Reserva legal	1.134,78	0,00	1.134,78
Outras reservas	21.560,80	0,00	21.560,80
Resultados transitados	(2.348,17)	0,00	(2.348,17)
Resultado líquido do exercício	(80.549,44)	0,00	(80.549,44)
Total do capital próprio	449.797,97	0,00	449.797,97
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	0,00	3.961.449,64	3.961.449,64
Outras contas a pagar	146.008,07	(146.008,07)	0,00
sub-total	146.008,07	3.815.441,57	3.961.449,64
Passivo corrente			
Fornecedores	340.266,78	0,00	340.266,78
Estado e outros entes públicos	17.639,04	0,00	17.639,04
Accionistas	1.715.000,00	0,00	1.715.000,00
Outras contas a pagar	1.139.850,84	0,00	1.139.850,84
sub-total	3.212.756,66	0,00	3.212.756,66
Total do passivo	3.358.764,73	3.815.441,57	7.174.206,30
Total do capital próprio e do passivo	3.808.562,70	3.815.441,57	7.624.004,27

p.28

6. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21 830,04	0,00	0,00	21 830,04
Equipamento de transporte	6 600,42	0,00	0,00	6 600,42
Equipamento administrativo	23 857,53	0,00	0,00	23 857,53
Total	52.287,99	0,00	0,00	52.287,99

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	11 719,18	3 906,39	0,00	15 625,57
Equipamento de transporte	4 387,70	1 650,10	0,00	6 037,80
Equipamento administrativo	14 212,22	1 929,07	0,00	16 141,29
Total	30.319,10	7.485,56	0,00	37.804,66
Saldo líquido	21.968,89			14.483,33

ACTIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2012	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2013
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	21 830,04	0,00	0,00	21 830,04
Equipamento de transporte	6 600,42	0,00	0,00	6 600,42
Equipamento administrativo	23 857,53	0,00	0,00	23 857,53
Total	52.287,99	0,00	0,00	52.287,99

DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Activos fixos tangíveis				
Equipamento básico	7 812,79	3 906,39	0,00	11 719,18
Equipamento de transporte	2 737,60	1 650,10	0,00	4 387,70
Equipamento administrativo	9 474,82	4 737,40	0,00	14 212,22
Total	20.025,21	10.293,89	0,00	30.319,10
Saldo líquido	32.262,78			21.968,89

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2014
Activos intangíveis em Fírme	7.132.039,00	0,00	0,00	7.132.039,00
Total	7.132.039,00	0,00	0,00	7.132.039,00

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis em Fírme	355.555,74	247.920,19	0,00	603.475,93
Total	355.555,74	247.920,19	0,00	603.475,93
Saldo líquido	6.776.483,26			6.528.563,07

ACTIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2012 (reexpresso)	Aumentos	Abates e alienações	Saldo em 31.12.2013 (reexpresso)
Activos intangíveis em Fírme	7.132.039,00	0,00	0,00	7.132.039,00
Total	7.132.039,00	0,00	0,00	7.132.039,00

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
Activos intangíveis em Fírme	222.222,30	133.333,44	0,00	355.555,74
Total	222.222,30	133.333,44	0,00	355.555,74
Saldo líquido	6.909.816,70			6.776.483,26

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, se encontra em falta efectuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de activos intangíveis).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	3.961.449,64	4.559.691,80
Diminuições (Nota 15)	(1.112.885,96)	(598.242,16)
Saldo final	2.848.563,68	3.961.449,64

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2014		Ano 2013	
	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Activos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo inicial	39.449,79	0,00	26.596,62	0,00
Efeitos na demonstração de resultados				
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	21.365,72	0,00	12.853,17	0,00
Total dos efeitos na demonstração de resultados	21.365,72	0,00	12.853,17	0,00
Saldo final	60.815,51	0,00	39.449,79	0,00

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os activos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de activos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

p.31

	Ano 2014	Ano 2013
Activo		
Imposto sobre o rendimento	0,00	22.114,29
Retenção de impostos sobre o rendimento	4.150,73	0,00
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	27.127,79	43.279,69
Total	31.278,52	65.393,98
	Ano 2014	Ano 2013
Passivo		
Imposto sobre o rendimento	30.919,61	7.485,71
Retenção de Impostos sobre o rendimento	2.068,00	2.867,72
Contribuições para a Segurança Social	20.490,96	7.285,61
Total	53.478,57	17.639,04

9. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Clientes		
Clientes C/C	439.650,70	505.714,09
Perdas por imparidade acumuladas	(19.186,47)	(15.629,71)
Total	420.464,23	490.084,38

Perdas por imparidade:

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Saldo inicial	(15.629,71)	(15.629,71)
Reforço	(19.186,47)	0,00
Utilização	15.629,71	0,00
Saldo final	(19.186,47)	(15.629,71)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de outras contas a receber apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de facturação (1)	101.020,01	112.280,75
Devedores e credores diversos	9.852,20	8.352,20
Total	110.872,21	120.632,95

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfazamento temporal, entre a facturação e a contagem real dos consumos efectuados.

10. DIFERIMENTOS

p.32

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de Diferimentos apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	8.482,01	1.965,32
Total	8.482,01	1.965,32

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC - Fomento de Construcciones y Contratas, S.A., através da participação de 100.00 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respectivo grupo.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2014			Ano 2013		
	Fornecedores (Nota 12)	Accionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Accionistas	Outras contas a pagar (Nota 12)
Aqualia Gestón Integral de la Agua S.A. (Representação Permanente em Portugal)	166.805,13	0,00	490.263,52	236.959,90	0,00	667.266,16
FCC Aqualia S.A. (Delegação Madrid)	0,00	1.715.000,00	4.404,67	0,00	1.715.000,00	60.547,12
Total	166.805,13	1.715.000,00	494.668,19	236.959,90	1.715.000,00	727.813,28

A conta a pagar ao Accionista refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de Janeiro de cada ano. A renovação



ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Empresa efectuou as seguintes transacções com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2014		Ano 2013	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
Aqualia Gestion Integral del Agua S.A. (Representação Permanente em Portugal)	384.259,93	0,00	434.678,25	0,00
FCC Aqualia S.A. (Delegação Madrid)	0,00	59.376,59	0,00	46.899,46
Total	384.259,93	59.376,59	434.678,25	46.899,46

12. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	166.805,13	236.959,90
Fornecedores C/C	75.567,04	103.306,88
Total	242.372,17	340.266,78
Outras contas a pagar		
Pessoal	0,20	0,00
Fornecedores de investimentos	415.793,42	667.312,06
Credores por acréscimos de gastos	377.176,87	207.861,89
Devedores e credores diversos	281.211,18	264.676,89
Total	1.074.181,67	1.139.850,84

p.33

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outras contas a pagar" inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 494.668,19 Euros e 727.813,28 Euros, respectivamente (Nota 11).

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Passivo corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários	1.240.000,00	0,00
Total	1.240.000,00	0,00

Nota: O valor constante da rubrica Financiamentos obtidos é referente a uma linha de crédito no montante de 2 milhões de Euros concedida pelo Banco BIC, tendo sido utilizados em 31 de Dezembro de 2014, 1.240.000 Euros. A linha de crédito foi contraída em Janeiro de 2014, por um período de 3 anos, iniciando-se o reembolso em Janeiro de 2016. O financiamento vence juros mensais indexados à Euribor a 3 meses acrescida de uma taxa de 4,8%.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 51.000 ações com o valor nominal de 10 Euro cada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 15 de Outubro de 2014, o resultado líquido negativo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, no montante de 80.549,44 Euros, foi transferido integralmente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 14 de Outubro de 2013, o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, no montante de 22.695,58 Euros, foi transferido para reserva legal no montante de 1.134,78 Euros e o valor remanescente para a rubrica Reservas Livres.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Vendas e prestações de serviços" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2014	Ano 2013
Vendas	1.982.999,62	1.979.049,56
Serviços prestados	1.198.668,71	1.184.340,68
Subcontratos (a)	1.112.885,96	598.242,16
Total	4.294.554,29	3.761.632,40

(a) Este montante corresponde à componente de proveitos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, tal como referido nas Notas 2 e 3.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Matérias-primas		
Existências iniciais	24.761,11	35.078,06
Compras	1.412.053,63	1.563.428,51
Existências finais	29.371,41	24.761,11
Total	1.407.443,33	1.573.745,46

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Subcontratos (1)	1 112.885,96	598 242,16
Serviços especializados	745.248,06	764.306,43
Materiais	4.847,19	7.582,50
Energia e fluidos	99.747,44	93.779,47
Deslocações, estadas e transportes	10 830,23	8.764,55
Serviços diversos	165 251,36	160.450,40
Total	2.138.810,24	1.633.125,51

(1) Este montante corresponde à componente de custos reconciliados na actividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas, tal como referido nas Notas 2 e 3.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 384.259,93 Euros e 434.678,25 Euros, respectivamente (Nota 11).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Gastos com o Pessoal" é detalhada como se segue:

p.35

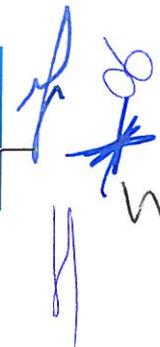
	Ano 2014	Ano 2013
Remunerações	298 018,46	297 057,32
Encargos sociais	66.509,97	63.159,89
Seguros de acidentes de trabalho	3 909,33	4.003,84
Gastos de acção social	9 727,91	7.637,70
Outros gastos com o pessoal	15 419,30	25 005,63
Total	393.584,97	396.864,38

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, de 22 e 23 colaboradores, respectivamente.

19. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é detalhada como se segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Rendimentos suplementares	440,00	0,00
Excesso da estimativa para impostos	0,00	830,77
Regularização de saldos	2 272,02	0,00
Juros de mora cobrados	2.390,66	0,00
Outros rendimentos e ganhos	74,21	2.348,47
Total	5.176,89	3.179,24



20. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica "Outros gastos e perdas" apresentava a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Impostos e taxas	14.312,93	21.199,95
Donativos	2.150,00	5.430,00
Multas e penalidades	3.515,08	0,00
Serviços bancários	10.461,79	3.915,49
Correcções relativas a períodos anteriores	492,05	282,37
Outros gastos e perdas	1.821,61	2.157,09
Total	32.753,46	32.984,90

21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIACÃO E DE AMORTIZACÃO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2014	Ano 2013
Activos fixos tangíveis (Nota 6)	7.485,56	10.293,89
Activos intangíveis (Nota 6)	247.920,19	133.333,44
Total	255.405,75	143.627,33

p.36

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica "Juros e gastos similares suportados" apresentava no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a seguinte composição:

	Ano 2014	Ano 2013
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	88.217,90	55.992,07
Total	88.217,90	55.992,07

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica inclui transacções com partes relacionadas nos montantes de 59.376,59 Euros e 46.899,46 Euros, respectivamente (Nota 11).

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC") à taxa de 23%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 24,5%.



Para o exercício de 2014, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2014 e 2013.

Para o exercício de 2014, foram ainda alteradas as regras de dedução de prejuízos fiscais reportáveis ("PFR"). O prazo de reporte dos prejuízos fiscais reportáveis apurados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014 passou para doze períodos de tributação (este prazo é de cinco anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2012 e 2013, quatro anos para os PFR apurados nos períodos de tributação de 2010 e 2011 e de seis anos para os períodos de tributação anteriores).

p.37

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, são detalhados conforme segue:

	Ano 2014	Ano 2013
Resultado antes de imposto	(35 604,73)	(93 402,61)
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	181 253,46	66 666,72
Donativos	2 150,00	5 430,00
IRC e outros impostos incidentes sobre lucros		7 485,71
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	3 515,08	-
Créditos incobráveis	19 186,47	-
Outros custos a crescer	8 317,80	-
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(58 440,45)	(6 011,72)
Excesso da estimativa para impostos	-	(830,77)
Correcções relativas a períodos anteriores	492,05	-
Materia colectável	120.869,68	(20.662,67)
Imposto à taxa de 23,00%	26 900,02	-
Pagamento especial por conta	8 324,52	7 824,52
Retenções na fonte	16,57	5,77
Pagamento por conta	-	13 784,00
IRC a pagar	18.558,93	(21.614,29)
Derrama	1 813,05	-
Tributações autónomas	10 547,63	7 485,71
Total a pagar	30.919,61	(14.128,58)
Imposto diferido do exercício (Nota 7)	(21 365,72)	(12 853,17)
Imposto do exercício	17.894,98	(5.367,46)

24. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

p.38

Em 31 de dezembro de 2014, existe uma divergência entre a Empresa e o Município do Fundão relativamente ao preço de aquisição de água em alta e tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia relativo ao período entre 2011 e 2014. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a Águas de Zêzere e Coa (AZC), empresa fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo supra referido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela AZC, a Aquafundália deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.

A faturação da AZC ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a AZC e a autarquia supra referida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a AZC. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela AZC. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a AZC, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56ª do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho desta situação, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que os compensaria.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela actividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de Dezembro de 2014, a empresa detém um saldo de caixa e equivalentes no montante de 379.706,11 Euros, tendo uma dívida financeira de médio e longo prazo no montante de 1.240.000 Euros. Não obstante, os Administradores da Aquafundália elaboraram o presente Relatório e apresentam as presentes Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em refinarciari ou reestruturar a sua dívida financeira, bem como para gerar recursos das suas operações e proceder ao desinvestimento em activos não estratégicos que permitam adaptar a estrutura financeira à situação dos negócios e os fluxos de tesouraria de acordo com o Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados e cujos principais objectivos são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das actividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer directamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

p.39

Contudo, em 31 de Dezembro de 2014, a Empresa apresenta um passivo corrente superior ao activo corrente em, aproximadamente, 401.000 Euros.

Todos estes factores, juntamente com as directrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objectivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

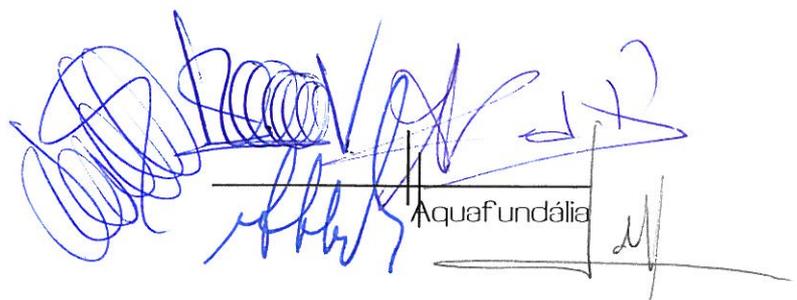
26. LOCAÇÕES

26.1 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Foi celebrado contrato de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014, pelo período de 36 meses. Durante os meses remanescentes prevê-se que venham a ser pagos mais 112.952,08 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Aquafundália

Handwritten signature and initials in blue ink.



04. | CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2014 que evidencia um total de 7.584.063 Euros e capital próprio de 399.049 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 53.500 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. em 31 de dezembro de 2014, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

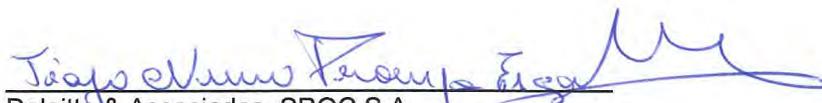
Ênfases

5. Conforme referido na nota 24 do anexo às demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2014, existe uma divergência entre a Empresa e o Município do Fundão relativamente ao preço de aquisição de água em alta e tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia relativo ao período entre 2011 e 2014, uma vez que o Município do Fundão tem vindo a considerar um preço superior ao definido no Acordo celebrado com a Empresa em 24 de fevereiro de 2012 (o qual estabelecia um preço de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais), por estar também a ser faturado pela Águas de Zêzere e Coa (AZC), empresa fornecedora de água, por valores superiores aos que constariam de uma proposta de acordo entre o Município e esta entidade, situação que é objeto de um litígio entre o Município do Fundão e a AZC. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela AZC. O eventual impacto desta situação é incerto, e está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a AZC, pelo que não é neste momento possível à Empresa estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade adicional, se alguma, que possa resultar desta situação, motivo pelo qual tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.
6. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa. Contudo, em 31 de dezembro de 2014, o passivo corrente excede o ativo corrente em, aproximadamente, 400.000 Euros. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus ativos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro destas e da manutenção pelo acionista do suporte financeiro adequado.
7. Conforme referido na Nota 5, a Empresa reexpressou as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 para correção de um erro na mensuração do ativo e passivo que decorrem das obrigações assumidas no contrato de concessão. Contudo, aquelas demonstrações financeiras, apresentadas para efeitos comparativos, não foram por nós examinadas. O âmbito e profundidade do nosso trabalho sobre aquelas demonstrações financeiras teve como único objetivo expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, não expressamos qualquer opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de novembro de 2015

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquafundália – Águas do Fundão, S.A. ("Empresa"), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

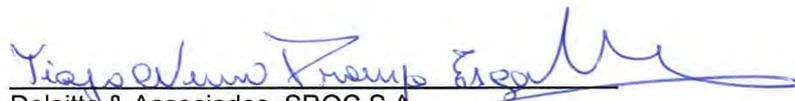
Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, revimos o Relatório de Gestão do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e a proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três ênfases, que se dão aqui por integralmente reproduzidas.

Face ao exposto, tendo em consideração o referido nos parágrafos 5 a 7, todos da Certificação Legal das Contas, somos da opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 22 de novembro de 2015



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Tiago Nuno Proença Esgalhado